

**GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES
UNIDADE DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364 DE 17/08/2020
EDITAL Nº 077/2020**

TIPO DE CONTRATAÇÃO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA BACIA DE RETENÇÃO DE SÓLIDOS PARA PROTEÇÃO DA CAPTAÇÃO DO RIBEIRÃO DAS CRUZES DE ARARAQUARA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

LEGISLAÇÃO: A referida Licitação é regida pelas Leis Federais nº 8.666, de 21/06/93 e nº 8.883, de 08/06/94, pela Resolução Municipal nº 22, de 15/07/93, pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e pelas condições contidas no presente Edital e seus Anexos.

FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL OS ANEXOS ABAIXO:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Memorial Descritivo e de Cálculo
- Anexo III – Escopo de Fornecimento
- Anexo IV – Peças Gráficas
- Anexo V – Planilha Estimativa de Preços
- Anexo VI – Planilha de Composição de Preços
- Anexo VII – Cronograma Físico-Financeiro
- Anexo VIII – Placa da Obra
- Anexo IX – Atestado de Visita Técnica
- Anexo X – Procedimento P030 RH00 – Contratação de Obras e Serviços
- Anexo XI – Check List da Documentação para Emissão do CRC
- Anexo XII – Check List da Documentação para Participação
- Anexo XIII – Minuta do Contrato.
- Anexo XIV – Declaração de empresas ME, EPP e equiparadas.
- Anexo XV – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- Anexo XVI – Termo de Ciência e Notificação.
- Anexo XVII – Declaração de documentos à disposição do Tribunal.

DATA E HORÁRIO: No dia **22/10/2020**, às **10h00mm**, dar-se-á início ao credenciamento. Em seguida deverá ser entregue os envelopes de Habilitação e Proposta para início da Sessão.

LOCAL: Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara/SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



É importante o acesso frequente à página do DAAE na Internet no endereço acima mencionado, porquanto, eventuais questionamentos sobre o Edital e devidos esclarecimentos, serão também ali divulgados, não sendo aceitas alegações de desconhecimento. O website é compatível com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge, Internet Explorer acima da versão 11.

Araraquara, 05 de outubro de 2020

Donizete Simioni
Superintendente

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364 DE 17/08/2020
EDITAL Nº 077/2020**

TIPO: MENOR PREÇO

ÍNDICE:

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**
- 3. DO LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME, RETIRADA DO EDITAL E ENTREGA DOS ENVELOPES**
- 4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**
- 5. DAS DILIGÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES**
- 6. DA PARTICIPAÇÃO**
- 7. DA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA**
- 8. DA HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES - "ENVELOPE Nº 01"**
- 9. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS – ENVELOPE Nº "02"**
- 10. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**
- 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE**
- 12. DOS PRAZOS**
- 13. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 14. DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 16. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**
- 17. DA RESCISÃO**
- 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 21. DO FORO**

O **DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara**, Autarquia Municipal, com sede nesta cidade, localizado na Rua Domingos Barbieri, nº 100 inscrito no CNPJ/MF nº 44.239.770/0001-67 e Isento de Inscrição Estadual, neste ato representando por seu Superintendente, o Sr. Donizete Simioni, torna público que se encontra disponível em sua Gerência de Suprimentos – Unidade de Compras Diretas e Licitações, a **Tomada de Preços nº 010/2020**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o **regime de empreitada por preço unitário**, nos termos do Processo DAAE Nº 5.364 de 17/08/2020.

GERÊNCIA REQUISITANTE: ENGENHARIA

COMISSÃO PERMANENTE JULGADORA DE LICITAÇÕES: Constituída pela Portaria nº 5.093 de 17/03/2020.

1. DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para execução da bacia de retenção de sólidos para proteção da captação do ribeirão das Cruzes de Araraquara/SP, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

1.2 – A Licitante Vencedora deverá apresentar, em até 20 (vinte) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, a matrícula da obra junto ao INSS (CEI).

1.3 – A execução dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições e especificações técnicas constantes do Edital e seus Anexos.

1.4 – O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 598.659,55** (Quinhentos e Noventa e Oito mil e Seiscentos e Cinquenta e Nove Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).

1.5 – O regime de execução do objeto desta Tomada de Preços será de **empreitada por preço unitário**.

2. DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

2.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.26.01.1751200071.004** – categoria econômica nº **4.4.90.51.99.54**, do orçamento do DAAE para o exercício de 2020.

3. DO LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME, RETIRADA DO EDITAL E ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 – O Edital e seus Anexos estarão à disposição para exame dos interessados na Unidade de Compras Diretas e Licitações do DAAE, de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 16h45.

3.2 – O aviso do Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, em Jornal de grande circulação no Estado e no Diário Oficial do DAAE (Jornal "Folha da Cidade"), podendo ainda ser extraído por meio do site www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).

3.3 – A empresa proponente poderá protocolar os envelopes até o horário de abertura da licitação, na Unidade de Patrimônio e Expediente do DAAE, ou apresentá-los na sessão de abertura.

3.4 – ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 22/10/2020 ÀS 10H00, NO AUDITÓRIO DO DAAE.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos relacionados à presente Tomada de Preços, deverão ser solicitados por escrito e encaminhados ao DAAE, aos cuidados da Gerência de Suprimentos, sito à Rua Domingos Barbieri, nº 100 – Araraquara/SP – CEP 14.802-510 – Fax (16) 3324-4571 ou via e-mail (gsup@daae.araraquara.com.br), porém somente serão aceitos os pedidos que forem feitos até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura das propostas.

4.2 – Não sendo formulados até este prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos Documentos de Habilitação e Proposta, não cabendo, portanto, às proponentes, direito a qualquer reclamação posterior.

4.3 – Os esclarecimentos serão disponibilizados no site do DAAE: www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).

4.4 – É importante o acesso frequente à página do DAAE na Internet no endereço acima mencionado, porquanto, eventuais questionamentos sobre o Edital e devidos esclarecimentos, serão também ali divulgados, não sendo aceitas alegações de desconhecimento. O website é compatível com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge, Internet Explorer acima da versão 11.

4.5 – As correções e/ou alterações elaboradas pelo DAAE serão comunicadas, por escrito, a todos que tiverem retirado o Edital, através do e-mail cadastrado em nosso site e através de publicação na imprensa oficial (Diário Oficial do Estado, Jornal de grande circulação no Estado e Jornal "Folha da Cidade"). As correções e/ou alterações que afetem a formulação das propostas seguirão a regra de publicação prevista no artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, e passarão a fazer parte integrante do Edital da Tomada de Preços.

4.6 – Somente terão valor as correções e/ou alterações escritas, fornecidas pelo DAAE, segundo o item anterior.

4.7 – Eventual impugnação ao Edital deverá ser dirigida ao Superintendente até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura das propostas. **Só serão acolhidas as impugnações interpostas por documento original, devidamente protocolado na Gerência de Administração do DAAE, em sua Unidade de Patrimônio e Expediente e, desde que obedecidos os respectivos prazos legais.**

OBS: DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), AS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO PODERÃO SER ENCAMINHADAS PARA O SEGUINTE E-MAIL: PROTOCODOAAE@GMAIL.COM.

4.8 – Acolhido argumento contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.9 – Durante o período compreendido entre a data de entrega dos Documentos de Habilitação e Proposta e a adjudicação do referido objeto, as proponentes deverão abster-se de entrar em contato com o DAAE para assuntos correlatos. O DAAE, em caso de necessidade, convocará as participantes do certame para esclarecimentos que, eventualmente, se fizerem necessários, dentro do permitido pela Lei Federal nº 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

5. DAS DILIGÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

5.1 – Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pelos proponentes, fica reservada ao DAAE a promoção de diligências necessárias, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

5.2 – Assim a veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pela proponente é de sua responsabilidade, sujeitando-se às sanções previstas na legislação civil e penal.

5.3 – Os esclarecimentos e informações prestadas por quaisquer das partes, serão sempre por escrito, e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no processo da Tomada de Preços.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar desta Tomada de Preços, todos os interessados que atenderem às exigências deste Edital e tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado e cumpra todas as exigências do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e também:

a) Para o caso de empresa em recuperação judicial: Ela deverá estar ciente de que, caso vencedora da licitação, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial que fora homologado;

b) Para o caso de empresa em recuperação extrajudicial: Ela deverá estar ciente de que, caso vencedora da licitação, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial;

6.2 – Não será admitida nesta licitação participação de empresas:

a) Que estejam punidas na forma do artigo 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 7º, da Lei nº 10.520/02, conforme entendimento estabelecido na Súmula nº 51 do TCE/SP sobre o tema;

b) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

c) Estrangeiras que não funcionem no País;

d) Que não possuam ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

7. DA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

7.1 – As licitantes **deverão** conhecer o local onde será executado a obra, mediante **visita técnica obrigatória**, a ser realizada por pessoa indicada pela empresa interessada, através de documento comprobatório, assinado e impresso em papel timbrado da empresa, até 01 (um) dia antes da entrega dos Envelopes contendo os Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais, ou seja, até o dia **21/10/2020**. A visita técnica deverá ser agendada pelo telefone (16) 3324-9533 ou (16) 3324-9529, junto a Gerência de Engenharia, das 09h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira e em dias úteis.

7.2 – O Atestado de Visita Técnica emitido pelo DAAE-ARARAQUARA deverá constar do Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO, sendo inclusive considerado como requisito para habilitação da licitante, conforme autoriza o artigo 30, Inciso III, parte final, da Lei Federal nº 8.666/93.

8. DA HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES - "ENVELOPE Nº 01"

8.1 – As empresas interessadas em participar da licitação, deverão providenciar seu cadastro, ou atualizá-lo se forem cadastradas, junto a Comissão de Cadastros do Daae, devendo para tanto, apresentar todos os documentos descritos nos subitens subsequentes, **exceto os documentos referentes à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** que deverão, **obrigatoriamente**, ser apresentados no "ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO", juntamente do CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Daae – Araraquara.

8.2 – O requerimento do Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo Daae e atualizado nos termos da legislação em vigor, somente poderá ser efetuado pelas empresas que apresentarem os documentos requeridos, através de protocolo endereçado à Comissão de Cadastro, até **21/10/2020, inclusive. Deverão também, as empresas detentoras de CRC anteriores, providenciar a atualização desses no mesmo prazo acima assinalado.**

8.3 – Para a emissão ou atualização do CRC, deverão os interessados (pessoas jurídicas) apresentar a seguinte documentação:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b₁) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Declaração da Proponente, referente ao Artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo (Anexo XV).

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:

c₁) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único do art. 11, da Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991, na forma da Lei;

c₂) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante apresentação da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

a) Certidão negativa de **falência e concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de **recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b₁) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

IV – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Registro ou inscrição da proponente na entidade profissional competente, da localidade da sede da proponente;

b) Para comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive:

- ✓ **MURO DE GABIÃO PARA BARRAGEM PERMEÁVEL, COM ENCHIMENTO UTILIZANDO PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO COM EXECUÇÃO MÍNIMA DE 220,00 M³ (DUZENTOS E VINTE METROS CÚBICOS);**

c) Para comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL:**

c₁) Profissional: Comprovação pela licitante de possuir no seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Certificado(s) de Acervo(s) Técnico – CAT expedido(s) pela(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), que demonstre a execução de serviços de características equivalentes ou semelhantes ao objeto da presente licitação, observada a parcela de maior relevância. Para efeitos do artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, da Lei de Licitações, considera-se como parcela de maior relevância:

- ✓ **EXECUÇÃO DE MURO DE GABIÃO.**

d) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

. O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da ficha ou livro de registro de empregado **ou** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize pela execução dos serviços;

. O sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato Social.

8.4 – As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas deverão apresentar para emissão do CRC (Certificado de Registro Cadastral), além da documentação descrita nos artigos acima mencionados, declaração de empresas ME, EPP e Equiparadas conforme Anexo XIV de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas de preços. Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão ser apresentados, mesmo que apresente alguma restrição.

8.5 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. No entanto, deverão elas apresentar para expedição do CRC – Certificado de Registro Cadastral, os documentos referentes à regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7 – A não regularização da documentação, no prazo acima assinalado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8 – A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações dessa modalidade.

8.9 – A ausência do CRC – Certificado de Registro Cadastral, bem como os documentos de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, acarretará a inabilitação da licitante.

8.10 – As dúvidas que por ventura surgirem em relação a apresentação dos documentos de habilitação, poderão ser dirimidas através dos e-mails: ucl@daae-araraquara.com.br e/ou gsup@daae-araraquara.com.br.

8.11 – Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 – O envelope de **Habilitação (nº 01)** deverá trazer os seguintes dizeres no anverso:

**ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020
RAZÃO SOCIAL (PROPONENTE)**

8.13 - O DAAE não se responsabiliza por envelopes enviados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Sedex, transportadora ou por qualquer outro meio de transporte caso cheguem atrasados ou violados.

8.14 - Os documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado. Os documentos estrangeiros deverão estar devidamente autenticados no consulado brasileiro do país de origem do documento.

8.15 - Os documentos de habilitação (envelope 1) poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas por cartório competente ou pela Comissão de Licitação mediante apresentação dos originais, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial e, também aqueles expedidos via Internet, preferencialmente encadernados ou preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.

8.16 - As folhas da documentação não poderão conter rasuras ou entrelinhas e deverão estar numeradas em ordem crescente, carimbadas e rubricadas pelo representante legal da empresa proponente.

8.17 – As comprovações de circunstâncias ou fatos relatados na documentação somente serão aceitas dentro do prazo de validade estipulados nos respectivos documentos. Quando não houver explicitação do prazo não serão aceitos documentos com data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias.

9. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS – ENVELOPE Nº “02”

9.1 – As propostas deverão ser elaboradas em papel timbrado da empresa, em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável, não podendo ser apresentada por meio de cópia “xerox”, “fax” ou similar.

9.2 – Os licitantes deverão fazer constar na proposta a qualificação (nome, estado civil, data de nascimento, função na empresa, RG e CPF) do sócio-diretor, sócio-gerente ou sócio-proprietário ou ainda do proprietário da empresa que assinará o contrato oriundo da presente licitação. Quando a empresa licitante delegar poderes a um de seus empregados para a assinatura de contrato administrativo com órgão público, deverão constar na proposta a qualificação do mesmo nos moldes retromencionados e a respectiva procuração delegando tais poderes.

9.3 – A proposta deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final pelo licitante, ou por quem de direito, **devendo conter, obrigatoriamente:**

a) Número do Processo Licitatório **(5.364/2020)** e da Tomada de Preços **(010/2020)**;

b) Nome ou razão social da empresa proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último de houver, para contato;

c) Apresentar o preço unitário e total, conforme planilha constante no Anexo VI (Planilha de Composição de preços), observando rigorosamente as especificações constantes nos anexos do edital;

d) Apresentar o Cronograma Físico-Financeiro, conforme Anexo VII;

e) O **prazo de execução** dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços expedida pela Gerência de Engenharia;

f) A **ordem de serviço** será emitida em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato;

g) Declaração da licitante de que, se vencedora, atenderá os procedimentos para contratação de obras e serviços – Anexo X (P30-R00 RH – Contratação de Obras e Serviços), descritos em Anexo a este Edital;

h) Declaração da licitante de que, se vencedora, manterá e disponibilizará a qualquer momento o Diário de Obra para verificação da fiscalização do DAAE e de terceiros (CREA, DAAE, entre outros);

i) Declaração da licitante de que tem pleno conhecimento e aceita as condições do Instrumento Convocatório, seu anexo, das legislações que regem a licitação e multas previstas no Edital e legislação própria;

j) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas;

k) Constar dados relativos à conta-corrente: banco, agência e nº da conta, em nome da proponente.

9.4 – A apresentação de proposta vincula a licitante ao pleno cumprimento de sua proposta e implica na aceitação de todas as condições constantes deste Edital e seus Anexos.

9.5 – Havendo divergências entre o preço registrado sob forma numérica e o valor por extenso, prevalecerá o último.

9.6 – Se houver divergências entre o preço unitário e o preço total, indicados pelo proponente, apenas o preço unitário será considerado válido e o total será corrigido.

9.7 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

9.8 – Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

9.9 – O envelope **Proposta (nº 02)** deverá trazer os seguintes dizeres no anverso:

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO Nº 5.364/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**

10. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 – Na data, horário e local definidos no item 2, será iniciada a sessão de abertura da licitação, na presença dos representantes da COMISSÃO e das proponentes. Para a boa conduta dos trabalhos, cada proponente se fará representar por apenas 01 (uma) pessoa.

10.2 – O instrumento que credencia o representante da empresa nessa licitação deverá ser apresentado à Comissão Julgadora antes do início da reunião. **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração, público ou particular, com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para representar, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia autenticada do estatuto ou contrato social, ou de outro instrumento de registro comercial que comprove os poderes do mandante para a outorga. **Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, diretor ou assemelhado) da empresa proponente**, cópia autenticada do estatuto ou contrato social, ou de outro instrumento de registro comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

10.3 – OBS.: A falta do instrumento que credencia o representante da proponente nas formas acima mencionadas não implicará em inabilitação dela, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da proponente.

10.4 – Após a entrega dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e das Propostas Comerciais, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento, e nem serão permitidos quaisquer adendos.

10.5 – A COMISSÃO procederá a abertura dos Envelopes nº 1 referente aos Documentos de Habilitação e os membros da COMISSÃO e representantes das proponentes examinarão e rubricarão todas as folhas dos documentos de Habilitação e os Envelopes nº 2, das Propostas Comerciais apresentados.

10.6 – As dúvidas que surgirem durante a sessão, serão resolvidas pela Comissão, na presença dos representantes credenciados, ou deixadas para ulterior deliberação, devendo o fato, em ambos os casos ser registrado em ata.

10.7 – A COMISSÃO poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da abertura dos envelopes de habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados.

10.8 – Proclamado o resultado da Habilitação, e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal, a COMISSÃO procederá a abertura das Propostas Comerciais das proponentes habilitadas. Havendo desistência expressa de interposição de recurso, por parte de todas as proponentes representadas, a abertura dos envelopes nº 2 poderá se dar na mesma sessão, caso contrário será fixada a data da abertura dos envelopes nº 2 em nova sessão, depois de decorrido o prazo recursal.

10.9 – Na sessão de abertura dos envelopes nº 2, proceder-se-á de forma similar à da primeira sessão, no que se refere a rubricas, e credenciais.

10.10 – Os envelopes de Propostas Comerciais das LICITANTES inabilitadas permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados, na Gerência de Suprimentos desta Autarquia, **no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato**, após o que serão inutilizados.

10.11 – É facultado à COMISSÃO, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizar diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

10.12 – De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstanciada, a qual será assinada pela COMISSÃO e pelos representantes das licitantes.

10.13 – O resultado do julgamento final da Licitação poderá ser comunicado na mesma sessão ou posteriormente aos interessados, através de publicação na Imprensa Oficial da Autarquia (Jornal “FOLHA DA CIDADE”), além do extrato da decisão ser disponibilizado do no “site” do Daae: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

10.14 – É importante o acesso frequente à página do DAAE na Internet no endereço acima mencionado, porquanto, eventuais questionamentos sobre o Edital e devidos esclarecimentos, serão também ali divulgados, não sendo aceitas alegações de desconhecimento. O website é compatível com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge, Internet Explorer acima da versão 11.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 – O julgamento da presente licitação será objetivo e realizado levando-se em conta o **menor preço global** constante de cada proposta.

11.2 – Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital e seus Anexos, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

11.3 – Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

11.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como aquelas com preço global acima do estimado no item 1.4, do Edital ou manifestamente inexequíveis.

11.5 – Serão desclassificadas as propostas que tenham preços unitários superiores ao apresentado no Anexo V – Planilha Estimativa de Preços.

11.6 – O DAAE poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por motivo de ilegalidade, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à indenização.

11.7 – Havendo igualdade entre 2 (duas) ou mais propostas, o certame será decidido por sorteio, observando a Lei Complementar nº 123/06.

11.8 – Será declarada vencedora a proposta de **menor custo global** apresentado entre as LICITANTES classificadas.

11.9 – Quando os preços globais das propostas apresentadas pelas **microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas** forem até 10 % (dez por cento) superiores ao da proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) As **microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas**, cujas propostas estejam dentro do percentual acima mencionado, após convocadas, apresentarão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, em envelopes lacrados, propostas de preço inferior àquela considerada vencedora do certame. Tais propostas serão

abertas em sessão pública para a qual serão intimadas todas as empresas participantes, iniciando-se a abertura dos envelopes pela microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, situação em que, após o devido julgamento, o objeto do certame será adjudicado em favor da vencedora.

b) Não sendo vencedora a **microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada** mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão abertas as propostas remanescentes obedecendo à ordem classificatória estabelecida no item 11.8.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas** e que se encontrem no limite estabelecido no item 11.9 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12. DOS PRAZOS

12.1 – A empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação para assinar o contrato, sob pena de decair do direito a contratação, além de sujeitar-se as sanções legais e a multa prevista na Resolução Municipal nº 22/93.

12.2 – A licitante vencedora deverá indicar, **antes do início das obras**, o engenheiro para supervisionar, acompanhar e fiscalizar a obra na condição de engenheiro residente, que serão responsáveis pelo acompanhamento da obra, bem como apresentar a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica recolhida e assinada pelo respectivo profissional, sendo OBRIGATÓRIA sua permanência integral no local dos serviços durante todo o período de trabalho.

12.3 – A licitante vencedora deverá apresentar, **antes do início da execução dos serviços**, cópia das CTPS e cópia do livro de registro de funcionários que executarão os serviços, possibilitando assim, o agendamento e realização da integração junto ao técnico de segurança do Daae.

12.4 – O prazo de execução dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços expedida pela Gerência de Engenharia.

12.5 – A **ordem de serviço** será emitida em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

12.6 – Caso seja aceita alteração do prazo de execução dos serviços licitados, o mesmo somente será considerado para isentar de aplicação de penalidade.

12.7 – Na contagem dos prazos, quando não houver critério expressamente previsto em Lei, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o do vencimento, salvo se nesse dia não houver expediente, caso em que ficara o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

13. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

13.2 – As medições serão efetuadas mensalmente de acordo, única e exclusivamente, com o quantitativo real executado e os custos unitários da proposta apresentada, após a aprovação da fiscalização, respeitando-se fielmente o cronograma físico-financeiro do Anexo VIII.

13.3 – As Notas Fiscais/Fatura deverão ser protocoladas, mediante ofício dirigido à Superintendência, tanto na Nota Fiscal/Fatura como no ofício deverão ser destacados o número do contrato, a modalidade licitatória e número da licitação.

13.4 – A empresa deverá encaminhar sua Nota Fiscal Eletrônica, também para o e-mail: geng@daae-araraquara.com.br

13.5 – Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal deverá a licitante vencedora, apresentar os seguintes documentos (mês referente):

- . Relação de funcionários;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Comprovante de pagamento – Previdência;
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- . Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

13.6 – Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a empresa deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

13.7 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas, e desde que os serviços sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

13.8 – O pagamento da fatura dependerá da apresentação dos documentos acima mencionados.

13.9 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

13.10 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

13.11 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

14. DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto desta licitação, será efetuado, pela **Gerência de Engenharia**, sob a fiscalização direta de servidor por ela indicado, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Daae, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, aquela Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória execução do Contrato.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 – A empresa vencedora deverá garantir o objeto desta licitação pelo prazo determinado pelo Código Civil.

15.2 – Para assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos do DAAE;

15.2.1 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

15.3 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na conta bancária de titularidade desta Autarquia, cujos dados serão informados pela Gerência de Suprimentos.

15.4 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia deverá abranger os serviços contratados e o prazo de validade do termo ou apólice deverá ser de 150 (Cento e Cinquenta) dias contados da assinatura do contrato.

15.5 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário a Contratada dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

15.6 – A caução será liberada 60 (sessenta) dias após o término do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia.

15.7 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

15.8 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo**.

15.9 – A não prestação da garantia, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a adjudicatária/contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

16. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1 – A prestação dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições do Edital, dos Anexos e da Proposta apresentada pela licitante vencedora.

16.1 – Constatada qualquer irregularidade na execução do serviço, objeto da presente licitação, a licitante vencedora será obrigada a refazê-lo, no prazo solicitado pelo Gestor do Contrato, que será contado a partir da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas no Instrumento Convocatório, mas também às sanções constantes do Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à espécie.

16.3 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a licitante vencedora deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pelo Gestor do Contrato, contados da notificação por escrito.

16.4 – O objeto da presente licitação será recebido provisória e definitivamente, nos termos, prazos e condições estabelecidos nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, com as alterações baixadas pela Lei nº 8.883/94. O prazo de observação entre o recebimento provisório e o definitivo será de 30 (trinta) dias.

16.5 – O recebimento dos serviços se dará após sua total conclusão, responsabilizando-se a Contratada por todos os riscos e reparos necessários. A conclusão da obra deverá ser comunicada por escrito ou será considerada a data da solicitação do Recebimento Provisório.

16.6 – **Procedimento de Fiscalização:** O objeto desta licitação será fiscalizado por representante da Gerência Requisitante e se houver alguma irregularidade a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no Contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Daae em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do Contrato.

16.7 – O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação de baixa da obra no INSS.

16.8 – O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Licitante da responsabilidade pela execução dos serviços, na forma e no prazo previsto no art. 618, no Código Civil Brasileiro.

17. DA RESCISÃO

17.1 – A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do artigo 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – A licitante que apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, no Contrato e demais cominações legais.

18.2 – A licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.3 – Pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação, cuja pena é a aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

18.4 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

18.5 – Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

18.6 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de:

a) Para compras e serviços – 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato;

b) Para obras e serviços correlatos – 0,08% (oito centésimos por cento), por dia, sobre o valor do contrato.

18.7 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

18.8 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

18.9 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação, de acordo com o disposto no artigo 109, I, letra 'f', da Lei nº 8.666/93.

18.10 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

18.11 – A aplicação das referidas multas e penalidades não exclui outras sanções previstas em Lei.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 – A empresa vencedora do certame, deverá indicar antes do início da execução dos serviços, o engenheiro que será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, bem como apresentar a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica recolhida e assinada pelo respectivo profissional.

19.2 – A execução do objeto contratado na forma legal obedecerá rigorosamente às cláusulas do Contrato, seus Anexos e da Proposta vencedora, sendo vedado à empresa vencedora fazer qualquer modificação nele sem o expresso consentimento da Contratante.

19.3 – A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Tomada de Preços.

19.4 – É reservado ao DAAE o direito de anular ou revogar esta licitação sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.

19.5 – Além das obrigações legais regulamentares e as demais constantes deste Instrumento e seus Anexos, a Licitante Vencedora obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos da lei.

19.6 – Por conta exclusiva da licitante vencedora todos os ônus, tributos, taxas, impostos, encargos, contribuições ou responsabilidades outras quaisquer, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, acidentário, comercial, social ou outras, quer sejam de



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



competências fazendária ou não e os saldará diretamente junto a quem de direito, sem prejuízo da eventual retenção e recolhimento pela Autarquia por expressa disposição legal ou contratual.

19.7 – A licitante vencedora deverá ressarcir todos os danos causados ao DAAE, ao Município, as pessoas e bens de terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, por ação ou omissão de seu pessoal ou de prepostos.

19.8 – As decisões e o resultado do presente certame serão divulgados no jornal “FOLHA DA CIDADE”, onde são publicados os atos oficiais do DAAE, bem como extratos das decisões e do resultado serão também disponibilizados no “site” do DAAE: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

19.9 – É importante o acesso frequente à página do DAAE na Internet no endereço acima mencionado, porquanto, eventuais questionamentos sobre o Edital e devidos esclarecimentos, serão também ali divulgados, não sendo aceitas alegações de desconhecimento. O website é compatível com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge, Internet Explorer acima da versão 11.

19.9 – Os serviços, objeto desta licitação, só poderão ser efetuados pela licitante que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não sendo admitida a subcontratação do objeto da presente licitação.

19.10 – Na presente licitação não será admitido consórcio de empresas.

19.11 – O DAAE não se responsabiliza pelas propostas enviadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Sedex, transportadora ou empresa de ônibus ou por qualquer outro meio de transporte caso cheguem atrasadas ou violadas.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1 – Dos atos da Administração praticados na presente licitação, caberão os recursos previstos no artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **As razões de recursos, bem como as contrarrazões só serão recebidas se interpostas por documento original, dirigido à Superintendência, devidamente protocolado na Gerência de Administração do Daae – Araraquara, em sua Unidade de Patrimônio e Expediente e desde que obedecidos os respectivos prazos legais.**

OBS: DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), AS RAZÕES E AS CONTRA RAZÕES RECURSAIS PODERÃO SER ENCAMINHADAS PARA O SEGUINTE E-MAIL: PROTOCOLODAAE@GMAIL.COM.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



21. DO FORO

21.1 – O Foro da Comarca de Araraquara será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 05 DE OUTUBRO DE 2020.

Donizete Simioni
Superintendente

ANEXO XI

CHECK LIST DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DO CRC

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020 PROCESSO DAAE Nº 5.364 DE 17/08/2020

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EMISSÃO DO CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL QUE DEVERÁ SER FEITO ATÉ O DIA 21/10/2020

- . Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- . Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- . Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País;
- . Decreto da Proponente, referente ao Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo XV)
- . Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- . Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal;
- . Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal;
- . Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- . Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);
- . Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- . Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou Extrajudicial;
- . Declaração de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas (Anexo XVI).

ANEXO XII

CHECK LIST DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020 PROCESSO DAAE Nº 5.364 DE 17/08/2020

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NO DIA DA ABERTURA

1. CREDENCIAMENTO

- . Cópia autêntica do Estatuto ou Contrato Social ou de outro instrumento de Registro Comercial;
- . Se for Procurado, Cópia da Procuração com firma reconhecida;

2. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

- . Envelope Opaco, Fechado;
- . Etiqueta:
 - . Envelope nº 01 – Documento de Habilitação
 - . Tomada de Preços nº 010/2020
 - . Processo DAAE nº 5.364/2020
 - . Razão Social da Proponente
- . Atestado de Visita Técnica emitido pelo DAAE;
- . CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pelo DAAE;
- . Registro ou Inscrição da proponente na entidade profissional competente, da localidade da sede da proponente;
- . Comprovação da Capacidade Técnica Operacional conforme disposto na letra B;
- . Comprovação da Capacidade Técnica do Profissional conforme disposto na letra C;

3. ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

- . Envelope Opaco, Fechado;
- . Etiqueta:
 - . Envelope nº 02 – Proposta Comercial
 - . Tomada de Preços nº 010/2020
 - . Processo DAAE nº 5.364/2020



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



. Razão Social da Proponente

- . Qualificação do Representante que assinará o Contrato oriundo da presente licitação;
- . Número do Processo (5.364/2020) e da Tomada de Preços (010/2020);
- . Dados Cadastrais da Empresa;
- . Apresentar o preço unitário e total, conforme planilha constante no Anexo VI (Planilha de Composição de Preços);
- . Apresentar o Cronograma Físico-Financeiro, conforme Anexo VII;
- . Prazo de execução dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Gerência de Engenharia;
- . Declaração da licitante conforme disposto na letra G
- . Declaração da licitante conforme disposto na letra H;
- . Declaração da licitante conforme disposto na letra H;
- . Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas;
- . Constar dados relativos à conta-corrente: Banco, Agência e nº da Conta

ANEXO XIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº ____

São partes interessadas na celebração do presente Contrato:

I – O Daae – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara, autarquia municipal com sede nesta cidade, à Rua Domingos Barbieri nº 100, inscrita no CNPJ sob no 44.239.770/0001-67 e isento de Inscrição Estadual, neste ato representado pelo seu Superintendente, o Sr. Donizete Simioni, portador da cédula de identidade RG nº 14.139.306-3 SSP/SP e inscrito no CPF nº 026.399.848-70, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

II – A empresa, _____, com sede na _____, no Município de _____ - ____ CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade R.G nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Este Contrato é celebrado nos termos da **Tomada de Preços nº 010/2020 – Processo Daae nº 5.364 de 17/08/2020**, com julgamento pela Comissão Julgadora de Licitações em ____/____/2020 e homologação/adjudicação pelo Superintendente em ____/____/2020, respeitados os itens e condições constantes do respectivo Edital, Anexos e da Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/2020 e observados os parâmetros traçados pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, com as alterações baixadas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de Junho de 1.994 e a Resolução Municipal nº 22, de 15/07/93, ficando igualmente as partes sujeitas às cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para execução da bacia de retenção de sólidos para proteção da captação do ribeirão das Cruzes de Araraquara/SP, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

1.2 – A Contratada compromete-se a executar os serviços em estrita observância às especificações constantes do Edital, seus Anexos e da Proposta apresentada, que passam a fazer parte integrante deste Contrato.

1.3 – A Contratada deverá apresentar, em até 20 (vinte) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, a matrícula da obra junto ao INSS (CEI).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

2.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.26.01.1751200071.004** – categoria econômica nº **4.4.90.51.99.54**, do orçamento do DAAE para o exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto deste contrato, será efetuado, pela **Gerência de Engenharia**, sob a fiscalização direta de servidor por ela indicado, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Daae, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, aquela Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória execução do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 – A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação para assinar o contrato, sob pena de decair do direito a contratação, além de sujeitar-se as sanções legais e a multa prevista na Resolução Municipal nº 22/93.

4.2 – A Contratada deverá indicar, **antes do início das obras**, o engenheiro para supervisionar, acompanhar e fiscalizar a obra na condição de engenheiro residente, que serão responsáveis pelo acompanhamento da obra, bem como apresentar a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica recolhida e assinada pelo respectivo profissional.

4.3 – A Contratada deverá apresentar, **antes do início das obras**, cópias das CTPS e cópia do livro de registro de funcionários que trabalharão nas obras, possibilitando assim, o agendamento e realização da integração junto ao técnico de segurança do Daae.

4.4 – O prazo de execução do objeto deste contrato que será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Serviços expedida pela Gerência de Engenharia.

4.5 – A ordem de serviço será emitida em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

4.6 – Na contagem dos prazos, quando não houver critério expressamente previsto em Lei, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o do vencimento, salvo se nesse dia não houver expediente, caso em que ficara o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

4.7 – Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização do Daae.

4.8 – Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Superintendência do Daae, até 10 (dez) dias antes da data do término do prazo contratual.

4.9 – Na contagem dos prazos, quando não houver critério expressamente previsto em Lei, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o do vencimento, salvo se nesse dia não houver expediente, caso em que ficara o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor do presente contrato importa em R\$ _____ (_____).

5.2 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

5.3 – As medições serão efetuadas mensalmente de acordo, única e exclusivamente, com o quantitativo real executado e os custos unitários da proposta apresentada, após a aprovação da fiscalização, respeitando-se fielmente o cronograma físico-financeiro do Anexo VIII.

5.4 – A Contratada **deverá** elaborar o relatório fotográfico observando todas as etapas de trabalho, antes, durante e após a execução dos serviços. Este relatório fotográfico fará parte das medições mensais e deverá ser entregue impresso no formato padrão (9 cm x 12 cm) e em mídia digital (CD-ROM), juntamente da planilha da respectiva medição, constando o timbre da Contratada e a assinatura do responsável técnico, após a aprovação da fiscalização.

5.5 – As Notas Fiscais/Fatura deverão ser protocoladas, mediante ofício dirigido à Superintendência, tanto na Nota Fiscal/Fatura como no ofício deverão ser destacados o número do contrato, a modalidade licitatória e número da licitação.

5.6 – A Contratada deverá encaminhar sua Nota Fiscal Eletrônica, também para o e-mail: **geng@daae-araraquara.com.br**.

5.7 – Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal deverá a Contratada, apresentar os seguintes documentos (mês referente):

- . Relação de funcionários;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Comprovante de pagamento – Previdência;
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- . Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

5.8 – Também vinculada à fatura, a Contratada deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a empresa deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

5.9 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas, e desde que os serviços sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

5.10 – O pagamento da fatura dependerá da apresentação dos documentos acima mencionados.

5.11 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, devendo a Contratada informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

5.12 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

5.13 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES, PENALIDADES E MULTAS

6.1 – A execução do objeto contratado na forma legal obedecerá rigorosamente às cláusulas deste Contrato, do Edital, seus Anexos e da Proposta vencedora, sendo vedado à CONTRATADA fazer qualquer modificação nele sem o expresso consentimento do CONTRATANTE.

6.2 – A Contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, cópia das CTPS e cópia do livro de registro de funcionários que executarão os serviços, possibilitando assim, o agendamento e realização da integração junto ao técnico de segurança do Daae.

6.3 – A Contratada deverá indicar antes do início da execução dos serviços, o engenheiro que será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, bem como apresentar a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica recolhida e assinada pelo respectivo profissional

6.4 – A execução do objeto contratado na forma legal obedecerá às cláusulas deste Contrato, do Edital, seus Anexos e da Proposta vencedora, sendo vedado à CONTRATADA fazer qualquer modificação nele sem o expresso consentimento do CONTRATANTE.

6.5 – A CONTRATADA compromete-se a executar os serviços em estrita observância às especificações constantes do Edital, seus Anexos e da Proposta apresentada, que passam a fazer parte integrante deste Contrato.

6.6 – Por conta exclusiva da CONTRATADA correrão todos os ônus, tributos, encargos, contribuições ou quaisquer outras responsabilidades, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, comercial e social, cabendo a ela saldá-las diretamente a quem de direito,



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



salvo a sua eventual retenção ou desconto pelo CONTRATANTE por disposição legal – contratual.

6.7 – A Contratada deverá ressarcir todos os danos causados ao Contratante, ao Município, às pessoas e bens de terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia e/ou por qualquer omissão de seu pessoal ou prepostos.

6.8 – A Contratada deverá apresentar no final da obra, 01 (uma) via em mídia digital (CD-ROM) e 02 (duas) vias impressas de igual teor, um “*data-book*” contendo toda documentação técnica, “*as built*” final das instalações, bem como demais materiais que julgar serem necessários.

6.9 – Fica a Contratada obrigada a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.10 – Além das obrigações legais regulamentares e as demais constantes deste Instrumento e seus Anexos, a Contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos da Lei.

6.11 – Pela recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação, cuja pena é a aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

6.12 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, suspensão de licitar e contratar com a Administração, declaração de inidoneidade, bem como multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

6.13 – Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

6.14 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de:

a) Para compras e serviços – 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato;

b) Para obras e serviços correlatos – 0,08% (oito centésimos por cento), por dia, sobre o valor do contrato.

6.15 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

6.16 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

6.17 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, de acordo com o disposto no artigo 109, I, letra ‘f’, da Lei nº 8.666/93.

6.18 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

6.19 – A aplicação das referidas multas e penalidades não exclui outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 – A Contratada deverá garantir o objeto deste contrato pelo prazo determinado pelo Código Civil.

7.2 – Para assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia no valor de R\$ _____(_____), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos do DAAE;

7.2.1 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

7.3 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na conta bancária de titularidade desta Autarquia, cujos dados serão informados pela Gerência de Suprimentos.

7.4 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia deverá abranger os serviços contratados e o prazo de validade do termo ou apólice deverá ser de 150 (Cento e Cinquenta) dias contados da assinatura do contrato.

7.5 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário a Contratada dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

7.6 – A caução será liberada 60 (sessenta) dias após o término do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia.

7.7 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

7.8 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo.**

7.9 – A não prestação da garantia, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a adjudicatária/contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 – A prestação dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições do Edital, dos Anexos e da Proposta apresentada pela Contratada.

8.2 – Constatada qualquer irregularidade na execução do serviço, objeto do presente contrato, a empresa contratada será obrigada a refazê-lo, no prazo solicitado pelo Gestor do Contrato, que será contado a partir da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas no Instrumento Convocatório, mas também às sanções constantes do Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à espécie.

8.3 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pelas gerências requisitantes, contados da notificação por escrito.

8.4 – Os serviços, objeto deste Contrato, só poderão ser efetuados pela Contratada que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não sendo admitida a subcontratação do objeto.

8.5 – O objeto do presente contrato será recebido provisória e definitivamente, nos termos, prazos e condições estabelecidos nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, com as alterações baixadas pela Lei nº 8.883/94. O prazo de observação entre o recebimento provisório e o definitivo será de 30 (trinta) dias.

8.6 – O recebimento da obra se dará após sua total conclusão, responsabilizando-se a Contratada por todos os riscos e reparos necessários. A conclusão da obra deverá ser comunicada por escrito ou será considerada a data da solicitação do Recebimento Provisório.

8.7 – Estando os serviços contratados em perfeito estado, a Contratada solicitará junto ao Daae o Termo de Recebimento Provisório e, após 30 (trinta) dias, o Termo de Recebimento Definitivo.

8.8 – Procedimento de Fiscalização: O objeto deste contrato será fiscalizado por representante da Gerência Requisitante e se houver alguma irregularidade a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no Contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do Contrato.

8.9 – O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação de baixa da obra no INSS.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENTA
www.daaeararaquara.com.br



8.10 – O recebimento definitivo do objeto contrato não exime a Licitante da responsabilidade pela execução dos serviços, na forma e no prazo previsto no art. 618, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 a 80 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – As partes elegem o foro da comarca de Araraquara – SP, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DISPOSIÇÕES FINAIS

E por assim estarem justas, acordadas e contratadas, na melhor forma de direito, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições constantes das cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, ____ DE _____ DE 2020.

Donizete Simioni
Superintendente
CONTRATANTE

Sr. _____
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas: 1.)

2.)

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020 PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA (OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA) NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

Tomada de Preços: nº 010/2020

Processo Licitatório: nº 5.364/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA BACIA DE RETENÇÃO DE SÓLIDOS PARA PROTEÇÃO DA CAPTAÇÃO DO RIBEIRÃO DAS CRUZES DE ARARAQUARA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

A empresa _____ (*nome da licitante*), qualificada como (*microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada*) por seu representante legal _____ (documento anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo), DECLARA para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, que serão comprovados no momento oportuno, nos termos autorizados pelos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014. Declara, ainda, que pretende exercer o direito de preferência no critério de desempate, quando do julgamento das propostas de preços.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



ANEXO XV

MODELO DE DECLARAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º **DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Tomada de Preços: nº 010/2020

Processo Licitatório: nº 5.364/2020

A empresa _____ (*razão social*), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Data

Assinatura do representante legal

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENTA
www.daaeararaquara.com.br



ANEXO XVI

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020 PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS

CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO(S) / Nº OAB: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020
PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

NOME	
CARGO	
RG.	
CPF.	
DATA DE NASCIMENTO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO	
E-MAIL INSTITUCIONAL	
E-MAIL PESSOAL	

ASSINATURA: _____

Pela CONTRATADA:

NOME	
CARGO	
RG.	
CPF.	
DATA DE NASCIMENTO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO	
E-MAIL INSTITUCIONAL	
E-MAIL PESSOAL	

ASSINATURA: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



Responsável pelo atendimento às requisições de documentos do TCE/SP:

Nome	Welington José Rocha dos Santos
Cargo	Gerente de Controladoria
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Rua Domingos Barbieri, 100 Fonte Luminosa Araraquara/SP CEP: 14.802-510
Telefone e Fax	16 3324-9576
E-mail	controladoria@daae-araraquara.com.br



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



ANEXO XVII

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020 PROCESSO DAAE Nº 5.364/2020

(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO)

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE:
CNPJ Nº:

CONTRATADA:
CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) As plantas e/ou projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)